DocuSign Envelope ID: 3E13E162-4DB3-4E7B-9EEC-175D6F424C5D

International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.

CNPJ nº 18.082.788/0001-98

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Relatório da Administração: A administração da **International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.** ("Companhia") apresenta a V.Sas., em conjunto com este Relatório da Administração, as demonstrações financeiras e notas explicativas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 ("Demonstrações Financeiras"). **Desempenho Econômico-Financeiro:** A Companhia apresentou consistentes e animadores resultados para o ano de 2022, mesmo em face de persistentes dificuldades e desafios impostos pelo cenário inflacionário vivido pelo Brasil e pelo mundo, com altas taxas de juros e perda de poder de compra por parte do consumidor final. O exercício social de 2022 apresentou crescimento de 17% de receita líquida (i.e. R$ 146,00 milhões vs. R$ 125,29 milhões no exercício de 2021). No último trimestre de 2022, a receita líquida da Companhia apresentou crescimento de 25% frente ao mesmo período do ano anterior, saltando de R$ 51,89 milhões para R$ 64,76 milhões, indicando um forte crescimento para o próximo ciclo. O lucro líquido da Companhia foi de R$ 41,00 milhões no exercício social de 2022. São R$ 106,61 milhões de lucros líquidos acumulados nos últimos três exercícios sociais, com margem líquida média de 28%. A Companhia finalizou o exercício social de 2022 com montante total de valores em caixa de R$ 105,42 milhões. O Ano Coleção 2022 e Exercício Fiscal de 2022 apresentaram os seguintes resultados em comparação ao período anterior:

(Em R$ '000)	Ano Coleção 2022	Ano Fiscal 2022	Ano Coleção 2021	Ano Fiscal 2021
Receita Líquida	132.754	146.002	112.220	125.290
EBITDA Ajustado	54.326	56.414	50.575	60.545
Lucro Líquido	38.218	41.003	29.381	36.711

Recomendamos a consulta integral das Demonstrações Financeiras para informações detalhadas sobre os resultados financeiros da Companhia. Atenciosamente, **International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.** **A Administração**

Balanço patrimonial	Nota	2022	2021
Ativo/Circulante		**195.237**	**160.105**
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.560	44.969
Aplicações financeiras	5	101.863	46.913
Contas a receber de clientes	6	72.718	57.222
Estoques	7	12.359	9.770
Outros créditos		4.737	1.231
Não circulante		**19.989**	**16.586**
Aplicações financeiras	5	125	125
Outros créditos		829	751
Impostos diferidos	20	8.698	6.842
Total do ativo realizável a longo prazo		**9.652**	**7.718**
Imobilizado	8	2.919	2.804
Direito de uso	9	784	971
Intangível	10	6.634	5.094
Total do ativo permanente		**10.337**	**8.869**
Total do ativo		**215.226**	**176.691**

Balanço patrimonial	Nota	2022	2021
Passivo/Circulante		**51.182**	**43.467**
Fornecedores	11	9.384	5.517
Obrigações sociais e trabalhistas	12	10.575	10.121
Impostos e contribuições a recolher		608	620
Imposto de renda e contribuição social a recolher	13	16.981	16.238
Adiantamento de clientes		2.855	982
Arrendamento mercantil	9	528	811
Dividendos a pagar	16	10.251	9.178
Não circulante		**359**	**292**
Arrendamento mercantil	9	236	204
Provisão para contingências	15	123	88
Patrimônio Líquido	16	**163.685**	**132.933**
Capital social		18.750	18.750
Reserva de capital		2.809	2.809
Reserva legal		3.750	3.750
Reserva de lucros		138.376	107.624
Total do passivo e patrimônio líquido		**215.226**	**176.691**

Demonstração do resultado	Nota	2022	2021
Receita líquida	17	146.002	125.290
Custo das vendas	18	(21.153)	(17.007)
Lucro Bruto		**124.849**	**108.283**
Despesas de vendas	18	(55.857)	(39.314)
Despesas administrativas	18	(18.260)	(15.055)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(349)	(1.127)
Outras despesas		(1.527)	(1.580)
Outras receitas		2.330	850
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		**51.186**	**52.057**
Receitas financeiras	19	12.142	3.954
Despesas financeiras	19	(1.248)	(634)
Resultado financeiro líquido		**10.894**	**3.320**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**62.080**	**55.377**
Imposto de renda e contribuição social corrente		(22.933)	(19.617)
Imposto de renda e contribuição social diferido		1.856	951
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	20	**(21.077)**	**(18.666)**
Lucro líquido do exercício		**41.003**	**36.711**

Demonstração do resultado abrangente	2022	2021
Lucro líquido do exercício	41.003	36.711
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes do exercício	**41.003**	**36.711**

Demonstração dos fluxos de caixa	Nota	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**62.080**	**55.377**
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos:			
Depreciação e amortização		5.228	5.562
Rendimento de aplicação financeira não equivalente de caixa	18	(11.756)	(3.604)
Valor residual do imobilizado baixado	8	22	–
Provisão para redução ao valor recuperável de recebíveis	6	349	1.127
Provisão para perda com estoques	7 e 18	706	30
Juros sobre arrendamento mercantil	9 e 19	256	305
Constituição de provisão para contingências		35	27
Variação de ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(15.845)	(10.372)
Estoques		(2.746)	179
Outros créditos		(3.583)	(690)
Fornecedores		3.867)	(699)
Obrigações sociais e trabalhistas		454	2.012
Impostos e contribuições a recolher		(12)	(166)
Adiantamento de clientes		1.873	613
Outras contas a pagar		–	(81)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**40.928**	**49.620**
Juros pagos sobre arrendamento mercantil	9	(91)	(179)
Imposto de renda e contribuição social pago		(22.191)	(20.706)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**18.646**	**28.735**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(90.107)	7.533
Aquisição do imobilizado	8	(1.913)	(1.975)
Aquisição do intangível	10	(4.226)	(3.221)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de investimento		**(96.246)**	**2.337**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamento mercantil	9	(1.554)	(1.504)
Dividendos pagos		(9.178)	(7.224)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(10.722)**	**(8.728)**
(Decréscimo) acréscimo no caixa e equivalentes a caixa		**(88.322)**	**22.344**
Demonstração do acréscimo no caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4	91.882	22.625
No final do exercício	4	3.530	44.969
(Decréscimo) acréscimo no caixa e equivalentes a caixa		**88.322**	**22.344**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva stock options	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**18.750**	**1.705**	**3.750**	**894**	**80.091**	–	**105.190**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	36.711	36.711
Reserva de capital	–	1.104	–	(1.104)	–	–	–
Destinação do lucro:							
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(9.178)	(9.178)
Reserva de stock options	–	–	–	210	–	–	210
Constituição reserva de lucros	–	–	–	–	27.533	(27.533)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**18.750**	**2.809**	**3.750**	–	**107.624**	–	**132.933**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	41.003	41.003
Reserva de capital	–	–	–	–	–	–	–
Destinação do lucro:							
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(10.251)	(10.251)
Reserva de stock options	–	–	–	–	–	–	–
Constituição reserva de lucros	–	–	–	–	30.752	(30.752)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**18.750**	**2.809**	**3.750**	–	**138.376**	–	**163.685**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Informações sobre a Companhia: A International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A. ("IS" ou a "Companhia") fornece conteúdo de soluções bilíngues efetivas no ensino do idioma inglês, em sintonia com a realidade das escolas brasileiras e está domiciliada no Brasil. A sede está localizada na cidade de São Paulo, com filial localizada em Fortaleza. **2. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos financeiros, que têm seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3. **3. Políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis: **a) Instrumentos financeiros - CPC 48 (IFRS 9):** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros e passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, adiantamento de clientes e arrendamento mercantil. *Desreconhecimento de ativos financeiros:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se - e em que medida - reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Para fins de mensuração subsequente os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, adiantamento de clientes e arrendamento mercantil. Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **c) Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos dos estoques baseiam-se no método de custo médio e incluem custos incorridos na compra de estoques, custos de produção editorial e outros custos incorridos em trazê-los para a sua localização e condição atuais. Os custos do estoque adquirido são determinados após deduzir quaisquer descontos e impostos recuperáveis. As obras didáticas em andamento são consideradas como estoques em andamento e compreendem custos incorridos para criar conteúdo educacional inacabado. Esse valor é medido com base na alocação de horas incorridas pelos colaboradores da produção editorial na elaboração de conteúdo educacional. A provisão para perda de conteúdo educacional é calculada com base em seu valor esperado líquido realizável. A provisão para obsolescência dos estoques é registrada no custo das vendas. Ao determinar a provisão para perda de conteúdo educacional, a Companhia considera a avaliação atual do mercado, as tendências do setor e a demanda projetada do produto, em comparação com o número de unidades atualmente em estoque. **d) Imobilizado:** Os equipamentos educativos compreendem itens educativos que fazem parte do modelo de ensino utilizados pelos alunos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando os seus custos e seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota explicativa. O valor residual dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Imobilizados são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Instalações	10%
Benfeitorias	22,36% a 51,17%
Material educacional	33,33%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os custos de reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. **e) Arrendamentos - CPC 06 (R2) (IFRS 16):** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **f) Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A Companhia capitaliza os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento das plataformas educacionais usadas para a entrega de conteúdo. Estes custos são substancialmente compostos de serviços relacionados com a tecnologia e despesas de folha de pagamento, esses gastos são registrados como software desenvolvido internamente na rubrica de intangível como plataformas de educação. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas somente se houver a possibilidade de ser mensuradas de forma confiável, se o produto ou processo é tecnicamente e comercialmente viável, futuros benefícios econômicos são prováveis e a Companhia pretende e tem recursos suficientes para completar desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Caso contrário, ele é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Os custos associados à manutenção do software, assim como de atualização anual do material didático sem mudança substancial de conteúdo, são reconhecidos como uma despesa, à medida que incorridos. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **g) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **h) Dividendos a pagar:** A Companhia reconhece a responsabilidade de pagar um dividendo quando a distribuição é autorizada e a distribuição já não está a critério da Companhia. A distribuição é autorizada quando é exigido pagar um dividendo mínimo do lucro para o ano em conformidade com a legislação societária brasileira e os estatutos da Companhia ou quando aprovado pelos acionistas em assembleia. Um valor correspondente é reconhecido diretamente no patrimônio líquido. **i) Obrigações sociais e trabalhistas:** Obrigações sociais e trabalhistas são despesas quando o referido serviço é fornecido. Uma responsabilidade é reconhecida pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tiver uma obrigação legal de pagar esse valor como resultado do serviço passado fornecido pelo empregado e a obrigação pode ser estimada de forma confiável. **j) Plano de remuneração baseado em ações:** Certos executivos-chave da Companhia recebem remuneração na forma de compensação baseada em ações. Essas despesas são determinadas pelo valor justo na data em que a subvenção é feita utilizando um modelo de avaliação adequado. Essa despesa é reconhecida como despesas administrativas. A contrapartida é registrada a crédito em reserva de plano de remuneração baseado em ações, no patrimônio líquido. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante a referência ao valor justo das ações outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado. As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de ações cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas (data do vesting). Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições de tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. **k) Receita de contratos com clientes:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos e ajuste a valor presente. O CPC 47(IFRS 15), estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita ou segmento: (i) quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) quando o contrato possuir substância comercial, e; (v) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos produtos ou serviços que serão transferidos ao cliente. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços, ou seja, no momento em que entrega o conteúdo para escolas particulares em formato impresso e digital. A tecnologia é fornecida exclusivamente para apoiar o melhor uso de seu conteúdo. Alguns contratos para venda fornecem aos clientes o direito de devolução dos bens. A Companhia utiliza o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável. A Companhia então aplica os requerimentos do CPC 47 sobre estimativas de contraprestação variável restritas para determinar o valor da contraprestação variável que pode ser incluída no preço da transação e consequentemente considerada no reconhecimento de receita. A Companhia aplica o expediente prático para adiantamentos de curto prazo recebidos dos clientes, de forma que o valor estabelecido da contraprestação não é ajustado para os efeitos de um componente de financiamento significativo se o período entre a transferência do bem ou serviço prometido e o pagamento for de um ano ou menos. *Contas a receber de clientes:* Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Vide políticas contábeis de ativos financeiros. *Ativos de direito de devolução:* O ativo de direito de devolução é reconhecido para o direito da Companhia de recuperar os bens que se espera sejam devolvidos pelos clientes. O ativo é mensurado pelo valor contábil anterior do estoque, deduzido de quaisquer custos esperados para recuperação dos bens e possíveis reduções em seu valor. A Companhia atualiza a mensuração do ativo considerando eventuais revisões em seu nível esperado de devoluções e quaisquer reduções adicionais no valor dos produtos devolvidos. *Custo para obtenção de contrato:* A Companhia paga comissão de vendas aos seus colaboradores para contratos que obtiverem pelas vendas. A Companhia aplica o expediente prático de reconhecer imediatamente nas despesas os custos para obtenção de contrato se o período de amortização do ativo que seria reconhecido teria sido inferior ou igual a um ano. Dessa forma, as comissões de vendas são reconhecidas imediatamente em despesas e incluídas como parte de benefícios a empregados. *Receita financeira:* Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita financeira é contabilizada utilizando-se à taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **l) Imposto de renda e contribuição social:** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo "Lucro Real" e são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. **m) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 17 - Contratos de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente, se aplicável. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está revisitando as políticas contábeis para avaliar os impactos da norma, se aplicável. Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis). Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **n) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações. Estimativas e julgamentos contábeis são continuamente reavaliados e são baseados em experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Outras divulgações relativas à exposição a riscos e incertezas incluem: • Gestão de risco e de políticas de instrumentos financeiros; • Gestão de capital. *Estimativas e premissas:* As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. A Companhia baseou suas estimativas e premissas sobre os parâmetros disponíveis quando as demonstrações contábeis foram preparadas. As circunstâncias e pressupostos existentes sobre os desenvolvimentos futuros, no entanto, podem mudar devido a mudanças de mercado ou circunstâncias que surgem e que estão além do controle da Companhia. Tais alterações são refletidas nos pressupostos quando ocorrem. As principais estimativas são: • Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber; • Transações com pagamentos baseados em ações - estimativa de valor justo; • Tributos; • Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros; • Provisão para perda no ativo imobilizado; • Reconhecimento de receitas - Estimativa da contraprestação variável para obrigações de devolução; • Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos; • Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

4. Caixa e equivalentes de caixa	2022	2021
Caixa e depósitos bancários	168	47
Aplicações financeiras (a)	3.392	44.922
	3.560	**44.969**

(a) Correspondem a certificados de depósito bancário ("CDB") de instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras rendem à taxa média de 2,0% (84,6%, em 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Aplicações financeiras	2022	2021
Aplicações financeiras (a)	101.863	46.913
Outros	125	125
	101.988	**47.038**
Circulante	101.863	46.913
Não circulante	125	125

(a) As aplicações financeiras correspondem principalmente a aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimentos, administradas por instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, os juros médios dessas aplicações são equivalentes a 111,7% do CDI (102,3% em 2021).

6. Contas a receber de clientes	2022	2021
Contas a receber de clientes	80.587	65.212
Contas a receber de partes relacionadas (nota 14)	2.989	2.519
(–) Provisão para perdas de crédito esperadas (a)	(10.858)	(10.509)
	72.718	**57.222**

(a) A provisão para crédito de liquidação duvidosa é calculada conforme política da Companhia e conforme critérios determinados pelo CPC 48 descritos no item 3.a) das políticas contábeis. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes eram conforme segue:

	2022	2021
A vencer	69.030	55.963
Vencidos		
1 - 60 dias	3.297	1.437
61 - 90 dias	347	501
91 - 120 dias	168	385
121 - 180 dias	139	589
Mais de 180 dias	10.595	8.856
	83.576	**67.731**

Abaixo demonstramos o movimento na provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(9.453)**
Adições	(1.127)
(–) Reversões	71
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(10.509)**
Adições	(349)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(10.858)**

7. Estoques	2022	2021
Conteúdo educacional	7.364	4.914
Estoque de uso e consumo	1.249	1.213
Estoque em poder de terceiro	689	55
Obras didáticas em andamento (a)	3.057	3.588
	12.359	**9.770**

(a) Custos incorridos para desenvolver conteúdos educativos. Incluem custos de pessoal incorridos, serviços de terceiros para edição de conteúdo educacional e atividades relacionadas (design gráfico, edição, revisão e layout, entre outros). O conteúdo educacional é apresentado líquido de provisão para perda. Abaixo demonstramos o movimento na provisão para perda com estoques:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(531)**
Adições	(30)
(–) Reversões	84
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(477)**
Adições	(706)
(–) Reversões	591
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(592)**

8. Imobilizado	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações	Benfeitorias	Material educacional	Total
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**65**	**413**	**687**	**55**	**310**	**7.330**	**8.860**
Aquisições	1	–	790	–	–	1.184	1.975
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**66**	**413**	**1.477**	**55**	**310**	**8.514**	**10.835**
Aquisições	–	35	479	5	9	1.385	1.913
Baixas	(40)	(281)	(132)	(59)	–	–	(512)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**26**	**167**	**1.824**	**1**	**319**	**9.899**	**12.236**
Depreciação							
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**(20)**	**(147)**	**(233)**	**(26)**	**(170)**	**(4.945)**	**(5.541)**
Depreciação do exercício	(7)	(45)	(213)	(6)	(124)	(2.095)	(2.490)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(27)**	**(192)**	**(446)**	**(32)**	**(294)**	**(7.040)**	**(8.031)**
Depreciação do exercício	(3)	(37)	(314)	(1)	(25)	(1.396)	(1.776)
Depreciação das baixas	21	156	89	32	–	192	490
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(9)**	**(73)**	**(671)**	**(1)**	**(319)**	**(8.244)**	**(9.317)**
Saldo líquido							
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**39**	**221**	**1.031**	**23**	**16**	**1.474**	**2.804**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**17**	**94**	**1.153**	–	–	**1.655**	**2.919**

A Companhia avalia, em cada data de relatório, se existe uma indicação de *impairment*. Se existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há indícios de *impairment* e por isso, não foi constituída provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado. **9. Arrendamentos:** O balanço patrimonial apresenta os seguintes valores relacionados a arrendamentos:

	2022	2021
Direito de uso		
Imóveis	784	971
	784	**971**
Arrendamento mercantil		
Circulante	528	811
Não circulante	236	204
	764	**1.015**

A seguir, apresentamos os valores contábeis dos ativos e passivos de arrendamento com direito de uso da Companhia e os movimentos durante o exercício:

	Direito de uso	Arrendamento mercantil
Em 31 de dezembro de 2020	**2.186**	**2.392**
Despesa com depreciação	(1.215)	–
Juros incorridos	–	306
Pagamentos de passivos de arrendamento	–	(1.504)
Juros pagos	–	(179)
Em 31 de dezembro de 2021	**971**	**1.015**
Adições e modificações de concessão	1.128	1.128
Despesa com depreciação	(1.315)	–
Juros incorridos	–	256
Pagamentos de passivos de arrendamento	–	(1.544)
Juros pagos	–	(91)
Em 31 de dezembro de 2022	**784**	**(764)**
Taxa média anual de depreciação	**29,9%**	

10. Intangível	Marcas e patentes	Direitos autorais	Licença de uso de softwares	Plataforma de educação	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	–	**1.405**	**1.198**	**7.553**	**10.156**
Aquisições	102	631	543	1.945	3.221
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**102**	**2.036**	**1.741**	**9.498**	**13.377**
Aquisições	105	890	720	2.511	4.226
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**207**	**2.926**	**2.461**	**12.009**	**17.603**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	–	**(1.012)**	**(381)**	**(4.150)**	**(5.543)**
Amortização	(4)	(348)	(288)	(2.098)	(2.738)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(4)**	**(1.360)**	**(669)**	**(6.248)**	**(8.281)**
Amortização	(29)	(441)	(419)	(1.799)	(2.688)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(33)**	**(1.801)**	**(1.088)**	**(8.047)**	**(10.969)**
Saldo líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**98**	**676**	**1.072**	**3.250**	**5.094**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**174**	**1.125**	**1.373**	**3.962**	**6.634**

Os itens de plataforma de educação referem-se aos gastos capitalizados de desenvolvimento de conteúdo que são amortizados em três anos.

11. Fornecedores	2022	2021
Fornecedores nacionais	1.517	2.676
Contas a pagar rateio - partes relacionadas (a)	2.580	2.580
Outros	5.287	261
	9.384	**5.517**

(a) A Companhia reconhece o valor no contas a pagar rateado entre partes relacionadas. Vide nota 14.

12. Obrigações sociais e trabalhistas	2022	2021
Bônus e comissões	7.085	6.820
Encargos sociais a pagar	881	800
Provisão com 13º salário e férias	2.609	2.501
	10.575	**10.121**

Pagamentos baseado em ações - Plano de ações restritas: Em 2019, foi lançado um novo programa de pagamento baseado em ações para funcionários registrados na Companhia. As ações emitidas estiveram disponíveis para venda pelos beneficiários anualmente, nas datas de aniversário. O plano de remuneração contemplou a emissão de aproximadamente 34.925 ações pela Arco Platform distribuídas a 1 beneficiário e as despesas relacionadas ao plano foram reconhecidas de acordo com o seguinte cronograma:

Data final	Quantidade de ações
28/09/2019	11.642
28/09/2020	11.642
28/09/2021	11.641
Total	**34.925**

A despesa total de remuneração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluindo impostos e encargos sociais, foi de R$ 1.260, líquido da perda estimada. Esses prêmios foram classificados como liquidação com a emissão de instrumentos patrimoniais. Conforme CPC 10, a despesa relativa a planos de remuneração baseada em ações deve ser reconhecida pela entidade onde é realizada a prestação do serviço correspondente pelo beneficiário durante o período no qual o direito é adquirido.

13. Imposto de renda e contribuição social a recolher	2022	2021
IRPJ	12.841	12.050
CSLL	4.140	4.188
	16.981	**16.238**

14. Partes relacionadas	2022	2021
Ativo - Contas a receber de clientes		
Educadora ASC Ltda. (a)	2.044	1.787
Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A. (a)	945	732
	2.989	**2.519**
Passivo - Fornecedores		
Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A. (b)	2.580	2.580
	2.580	**2.580**
Receita		
Educadora ASC Ltda. (a)	3.591	5.243
Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A. (a)	213	304
	3.804	**5.547**
Outras despesas - Reteio CSC		
Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A. (b)	1.512	1.512
	1.512	**1.512**

(a) Refere-se a venda de conteúdo educacional para as empresas sob controle comum do acionista controlador da Companhia. As transações são precificadas com base no preço do contrato na data da venda. O preço de venda para essas transações é realizado em condições de mercado, a preços de mercado semelhantes observáveis. (b) Valores a pagar decorrentes do rateio de serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados - CV-CSC. **15. Contingências:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia era parte de ações judiciais classificadas como possíveis de perdas, para os quais não foram constituídas provisões, conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Cível	5.455	686
Trabalhista	200	–
	5.655	**686**

As provisões para os processos com probabilidade de perda provável, são referentes a causas cíveis e trabalhistas, de R$ 123 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 88 em 2021), são estimadas e periodicamente ajustadas pela administração

continua →

DocuSigned by:
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/06/2023 19:10:37 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: 3E13E162-4DB3-4E7B-9EEC-175D6F424C5D

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis da International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.

suportadas pela opinião dos seus consultores jurídicos externos. **16. Patrimônio líquido:** a) Reserva Legal: A reserva legal é registrada de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto da Companhia, com base em 5% do lucro do exercício, limitado a 20% do capital social. b) Reserva de lucros: A reserva de lucros inclui principalmente o lucro remanescente do exercício após a alocação para a reserva legal e a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios. c) Dividendos: A tabela abaixo fornece os cálculos de dividendos propostos para os anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	41.003	36.711
(–) Reserva legal - 5%	–	–
Base de cálculo para dividendos	**41.003**	**36.711**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**10.251**	**9.178**

Conforme determinado pela legislação societária brasileira, a Companhia é obrigada a pagar um dividendo mínimo de 25% do lucro do ano, conforme deliberação pelo Conselho de Administração. Qualquer montante superior a 25% deve ser mantido em capital próprio e após deliberação pela Assembleia dos acionistas, os dividendos podem ser considerados formalmente declarados.

17. Receita líquida	2022	2021
Venda de conteúdo educacional	169.383	136.728
Devoluções	(14.020)	(9.413)
Descontos e abatimentos	(9.361)	(2.025)
	146.002	**125.290**

(a) A Companhia não está sujeita ao pagamento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre a venda de livros e equiparados a livros. A venda de livros impressos e digitais também está isenta dos impostos municipais brasileiros e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Para os demais itens comercializados não relacionados ou equiparados a livros, há incidência de PIS e COFINS e ICMS conforme legislação aplicável.

18. Custo e despesas:	2022	2021
Custos gráficos	(11.660)	(8.129)
Custo com pessoal	(1.180)	(2.463)
Provisão para perda estoque	(706)	(30)
Frete	(2.936)	(1.325)
Depreciação e amortização	(3.397)	(3.831)
Outros	(1.274)	(1.229)
Custo das vendas	**(21.153)**	**(17.007)**
Despesas com pessoal	(28.210)	(24.786)
Depreciação e amortização	(494)	(621)
Vendas e marketing	(8.157)	(1.480)
Suporte ao cliente	(6.156)	(6.712)
Despesas com viagens	(8.671)	(3.911)
Outros	(4.169)	(1.804)
Despesas de vendas	**(55.857)**	**(39.314)**
Despesas com pessoal administrativo	(11.025)	(8.503)
Serviços de terceiros	(2.322)	(1.895)
Aluguel de imóveis	(127)	(167)
Despesas tributárias	(977)	(869)
Licença de uso	(788)	(534)
Plano de remuneração baseado em ações - RSU	–	(1.260)
Depreciação e amortização	(1.337)	(1.110)
Outros	(1.684)	(717)
Despesas administrativas	**(18.260)**	**(15.055)**
Total	**(95.270)**	**(71.376)**

19. Resultado financeiro	2022	2021
Rendimento sobre aplicação financeira	11.756	3.604
Juros ativos	278	74
Descontos obtidos	22	256
Outros	86	20
Receita financeira	**12.142**	**3.954**
Descontos concedidos	(235)	(62)
Comissões e despesas bancárias	(147)	(37)
Juros sobre arrendamento mercantil	(256)	(306)
Juros incorridos	(35)	(29)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(565)	(184)
Outros	(10)	(16)
Despesa financeira	**(1.248)**	**(634)**
Resultado financeiro	**10.894**	**3.320**

20. Impostos de renda e contribuição social corrente e diferido: *Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:*

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**62.080**	**55.377**
Taxa de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
	(21.107)	**(18.828)**
Ajuste de reconciliação:		
Outras adições (exclusões), líquidas	30	162
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(21.077)**	**(18.666)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(22.933)	(19.617)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.856	951
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	**(21.077)**	**(18.666)**
Taxa efetiva	34%	34%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 dezembro de 2021	Efeito no resultado do exercício	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Impostos diferidos ativos			
Outras diferenças temporárias	6.342	1.856	8.198
Plano de remuneração baseado em ações	500	–	500
Total impostos diferidos ativos	**6.842**	**1.856**	**8.698**
Impostos diferidos passivos			
Outras diferenças temporárias	–	–	–
Total impostos diferidos passivos	**–**	**–**	**–**
Impostos diferidos, líquidos	**6.842**	**1.856**	**8.698**

21. Instrumentos financeiros: A Companhia detém os seguintes Instrumentos financeiros:

	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2022			
Caixa e equivalentes de caixa	3.560	–	3.560
Aplicações financeiras	36.103	65.885	101.988
Contas a receber de clientes	–	72.718	72.718
Fornecedores	–	9.384	9.384
Arrendamento mercantil	–	764	764
31 de dezembro de 2021			
Contas a receber de clientes	–	57.222	57.222
Aplicações financeiras	46.913	–	46.913
Caixa e equivalentes de caixa	44.969	–	44.969
Fornecedores	–	5.517	5.517
Arrendamento mercantil	–	1.015	1.015

A exposição máxima ao risco de crédito no final do exercício é o montante de cada classe de ativos financeiros acima mencionados. A administração avaliou que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, arrendamento mercantil e demais passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo destes instrumentos. **22. Gestão de riscos financeiros:** A Companhia monitora os riscos de mercado, crédito e operacional em consonância com os objetivos da gestão de capital e conta com o apoio, acompanhamento e supervisão do Conselho de Administração em decisões relacionadas à gestão de capital e seu alinhamento com os objetivos e riscos. A Companhia monitora a efetividade da gestão de risco. *Gestão de capital:* Os objetivos da Companhia na gestão do capital são: • Maximizar o valor dos acionistas; • Garantir a continuidade operacional, para que a Companhia continue a fornecer retornos para os acionistas e benefícios para outras partes interessadas; e • Manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo do capital. Não foram feitas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. *(i) Risco de liquidez:* A gestão da Companhia tem a responsabilidade de mitigar o risco de liquidez. A fim de atingir seus objetivos, a administração revisa regularmente o risco e mantém as reservas apropriadas, incluindo linhas de crédito bancário com as instituições financeiras de primeira linha. A gestão monitora continuamente os fluxos de caixa projetados e reais e a combinação dos perfis de maturidade dos ativos e passivos financeiros. Os principais requisitos para os recursos financeiros utilizados pela Companhia surgem da necessidade de efetuar pagamentos para impressão de conteúdo educacional, despesas de frete, despesas operacionais, obrigações trabalhistas e sociais e outros desembolsos operacionais. *(ii) Risco de contraparte financeira:* Esse risco surge da possibilidade de que a Companhia pode incorrer em perdas devido ao padrão de suas contrapartes. Para atenuar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes. Os limites de crédito da contraparte, que levam em conta as classificações de crédito publicadas e outros fatores, são estabelecidos para cobrir a exposição total da Companhia a uma única instituição financeira. As exposições e os limites aplicáveis a cada instituição financeira são aprovados pela tesouraria dentro das diretrizes aprovadas pelo Conselho e são revisados regularmente. *Risco de taxa de juros:* O risco de taxa de juros é o risco do valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem devido às variações das taxas de juro do mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros do mercado refere-se principalmente aos investimentos da Companhia com taxas de juros flutuantes. A companhia é exposta principalmente às flutuações nas taxas do CDI em aplicações financeiras. **23. Transações que não envolvem caixa:** A Companhia realizou atividades que não envolvem caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa, relacionadas a:

	2022	2021
Adição de direito de uso	1.128	–
Dividendos propostos	10.251	9.178

24. Eventos subsequentes: Em 6 de janeiro de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos adicionais aos acionistas nos montantes de R$ 17.602 e R$ 18.675 referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em cumprimento à terceira sentença arbitral proferida pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá no âmbito do Processo Arbitral CCBC no 70/2019/SEC5. Os valores foram pagos em 6 de março de 2023.

Diretoria

Ulisses Borges Cardinot - Presidente - CPF 054.271.737-90

Contador

Francigleidson Teixeira Oliveira - CRC CE-023017/O-3 - CPF 621.251.843-20

DocuSigned by:
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/06/2023 19:10:45 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*